

**A Comunidade Quilombola Chácara do Buriti,  
MS: memórias sentidas e vividas na busca do  
desenvolvimento sustentável**

***The Quilombola Community Chácara do Buriti,  
MS: felt and vivid memories and sustainability  
development searching***

Eva Martins Terra<sup>1</sup>  
Arlinda Cantero Dorsa<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco. Professora no Ensino Médio de Geografia no Colégio Paulo Freire, Campo Grande, MS.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco. Professora de Redação Forense e Língua Portuguesa no curso de Direito.  
E-mail: [acdorsa@uol.com.br](mailto:acdorsa@uol.com.br)

## **RESUMO**      **ABSTRACT**

A concepção de comunidade quilombola foi consagrada e permaneceu arraigada no senso comum, como comunidade de negros rebeldes ligados ao período da escravidão, entretanto os vários estudos realizados permitiram verificar que tais comunidades foram constituídas por processos diversos e só se tornaram objeto de interesse de políticas públicas, após terem sido reconhecidas na Constituição Federal de 1988. Este artigo visa divulgar os resultados dessa investigação, pautando-se a pesquisa no método indutivo com ênfase nos fatores qualitativos, e no estudo realizado por meio da observação in loco, da coleta de depoimentos com ênfase na memória e na identidade, além do levantamento de dados documentais. Conclui-se ainda, parcialmente, que a comunidade tem procurado preservar seus conhecimentos tradicionais pelas narrativas de seus ascendentes e pela produção de meios de sustentabilidade destinando uma parte dessa produção para a região de Campo Grande e Anhandui, MS.

*The conception of Quilombola community was consecrated and remained rooted in common sense as a community of black rebels linked to the period of slavery. However, several studies over the years have found that such by various processes and only became an object of interest in public policies after it has been recognized in the Federal Constitution of 1988. The research was based on the inductive method with qualitative approaching and a study through on-site observation, collecting statements with emphasis on memory and identity besides a documentation data survey evidence. It concludes partially, that the community has sought to preserve their knowledge through their ancestors narrative and through sustainability production means not only for their own community distining part of that production to Campo Grande and Anhandui áreas, MS.*

## **PALAVRAS-CHAVE**      **KEY WORDS**

comunidade tradicional  
desenvolvimento sustentável  
memória

*traditional community  
sustainable development  
memory*

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Esse artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas, ainda que parciais, na elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Desenvolvimento Local em uma universidade privada confessional.

Fundamenta-se nos estudos voltados à comunidade quilombola rural, “Chácara do Buriti” (MS) e tem por objetivo geral analisar a territorialidade em sua identidade quilombola resgatando as suas origens marcadas pela cultura local e as potencialidades e/ou dificuldades locais para se deflagrar um desenvolvimento protagonizado por seus próprios integrantes.

A concepção de comunidade quilombola, por longo tempo, foi consagrada pela história oficial e permaneceu arraigada no senso comum, como comunidade de negros rebeldes ligados ao período da escravidão, que viviam sob forma de isolamento para fugir desse sistema.

Entretanto os vários estudos realizados ao longo dos anos permitiram verificar que tais comunidades foram constituídas por processos diversos e só se tornou objeto de interesse de políticas públicas após ter sido reconhecida na Constituição Federal de 1988, fruto de conquistas do movimento negro ocorrido em nível nacional.

Como no texto constitucional ainda se utiliza o termo “remanescente de quilombo”, a Associação Brasileira de Antropologia (1994) divulgou um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, o qual se refere ao termo “remanescente de quilombo” não mais como resíduo ou resquício de ocupação escrava, mas refere-se sim ao grupo que tenha desenvolvido práticas de resistência na manutenção e reprodução dos modos de vida característicos de um determinado lugar.

Pautou-se a pesquisa no método indutivo, com abordagem quali-quantitativa, com ênfase nos fatores qualitativos, e no estudo realizado por meio da observação *in loco*, da coleta de depoimentos com ênfase na memória e da identidade, além do levantamento de dados documentais.

Os pressupostos teóricos foram traçados a partir de material bibliográfico com visão multidisciplinar de autores a partir dos conceitos de Desenvolvimento Local, identidade, território, territorialidade, comunidade e comunidade tradicional.

A organização do artigo obedeceu à seguinte estrutura: 1- A comunidade sob olhares diversos: longos caminhos percorridos em busca de identidade; 2- A Comunidade Chácara do Buriti: memórias sentidas e vividas; 3- Contextualizando a Comunidade Chácara do Buriti sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da cultura.

## **1 A COMUNIDADE SOB OLHARES DIVERSOS: LONGOS CAMINHOS PERCORRIDOS EM BUSCA DE IDENTIDADE**

Em sua obra “Desenvolvimento da Comunidade”, Biddle (1972) afirma que as definições sociológicas de comunidade tendem a referir-se às estruturas e entidades, como reunião de moradores, bairro, cidade além de outros desde que o grupo de pessoas que formam uma comunidade aja de maneira integrada e interiorizada. Para o autor, a expressão comunidade “requer estudo em colaboração, decisões em grupo, ação em colaboração e uma avaliação em conjunto que leva à continuação no agir” e principalmente “o crescimento da personalidade através da responsabilidade do grupo em relação ao bem comum” (BIDDLE, 1972, p. 89).

Nesse contexto, fica claro para o autor que, para que uma comunidade se desenvolva, os agentes externos não podem ver as ações como meras oportunidades.

Ao analisar as obras do sociólogo Ferdinand Tonnies, Miranda (1995), concorda com Biddle (1972), que toda relação social tem que ter uma aceitação positiva das resoluções tomadas para que o grupo aproprie-se das informações e tenha condições de tornar realidade os sonhos da comunidade e reforça que, para a efetivação de uma comunidade, há necessidade de três características:

[...] deve ser pacífica, relativamente estável, interiorizada. Se faltar este último elemento, não estamos frente a uma entidade social, mas simplesmente diante de um agregado de indivíduos que constituem uma unidade completamente exterior. (MIRANDA, 1995, p. 126).

Afirma, no entanto, Ávila (2000) que a comunidade é dinâmica e transformadora, e seus membros vivem das relações solidárias e são capazes de sobreviver com suas conquistas e transformar a sua realidade em história, mantendo sua identidade e sendo capaz de metabolizar seus conhecimentos. Pondera também que comunidade existe:

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos de tal modo que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum. O que caracteriza comunidade é que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela e todas as suas relações sociais podem ser encontradas dentro dela [...]. (ÁVILA, 2000, p. 39).

Outra importante reflexão sobre o assunto está pautada nas considerações de Bauman (2003) que ressalva haver um preço pequeno e até invisível a pagar pelo privilégio de se viver em comunidade, “em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à autoafirmação’ e ‘à identidade’. De acordo com as ponderações do autor, há tanto ganho quanto perda, ou seja, não há proteção quando não se tem comunidade, e alcançar a comunidade significa para ele, perder a liberdade pois “a segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito (BAUMAN, 2003, p. 10).

Dada à pluralidade e polissemia da palavra comunidade, para Spinelli Júnior (2006, p. 1), a palavra pode ser usada tanto para descrever desde aldeias, clubes e subúrbios até grupos étnicos e nações. Não obstante esse largo espectro conceitual, afirma o autor que:

[...] a definição de comunidade tem passado, sobretudo, pela afirmação de sua dimensão subjetiva: a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertença à determinada coletividade. A dimensão subjetiva se coloca, assim, como mais significativa do que outras dimensões, como a da espacialidade, também bastante associada à idéia de comunidade.

Com relação às comunidades tradicionais, que no percorrer da história interagem com a natureza e com os costumes repassados de geração em geração, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras, estas tentam dar continuidade às tradições recebidas dos antepassados. Essa ação se comprova principalmente pelo respeito não só à oralidade na memória dos mais velhos como também à natureza, vistos nas últimas décadas, com um novo olhar pelos cientistas sociais, pelo poder público e segmentos da sociedade em geral.

Para Alvarenga (2002), os povos tradicionais constroem sua identidade com uma relação muito próxima à natureza, pois vivem a partilha dos bens que a natureza produz, com os ciclos produtivos

e o trabalho de sobrevivência. Completando a linha de pensamento, Cândido (1964) e Diegues (2000) escrevem sobre a relação direta das comunidades tradicionais com o uso da terra, das florestas, da água, da extração e do plantio, nos quais as “regras” da natureza são respeitadas e, dessa forma, isso faz das pessoas da comunidade um grupo social voltado para o interesse comum.

A valorização da história, geralmente repassada de geração em geração por meio da narrativa dos membros mais velhos e da oralidade, faz com que as tradições sejam eternizadas e os objetos e símbolos respeitados, em todas as comunidades descendentes de quilombos e de afro-descendentes, como é o caso dos descendentes de Eva Maria de Jesus (Chácara do Buriti). Isso denota a força dos antepassados e as conquistas que levaram à liberdade, demonstrando a fragilidade dos homens e a necessidade de união para dar continuidade às tradições.

Para Hall (2003, p. 8), é necessária a continuidade das tradições através da oralidade e símbolos, pois a identidade está sempre “descendrada, isto é, deslocada ou fragmentada”. Diante do contexto, é importante afirmar, que a identidade se forma a todo instante e constrói-se conforme as forças do local, e a interferência das tradições vão sendo “reconstruídas” dentro das comunidades tradicionais.

A contribuição de Hall (2003) reforça a importância da transmissão dos conhecimentos e a valorização dos símbolos e objetos como elementos que continuaram alavancando as riquezas da cultura tradicional, pois, por intermédio da reconstrução da história, a identidade dos grupos pode se tornar construtora para que a força da local não se perca no processo acelerado da globalização.

## **2 A COMUNIDADE CHÁCARA DO BURITI: MEMÓRIAS SENTIDAS E VIVIDAS**

Ao legitimar a identidade, a memória é mais do que um simples arquivo de informações, pois ela não só reinventa o passado como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades. Nesse contexto, a História e a memória são essenciais na construção da identidade.

A história da comunidade quilombola Chácara do Buriti (MS) está resguardada no espaço e tempo, em que o resgate da memória é capaz de transmitir os aspectos sociais construídos no decorrer dos

anos. Os casais formadores da comunidade, Jerônimo “Vida” da Silva e Sebastiana Maria de Jesus, Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus, são precursores das grandes famílias “Silva” e “Nortório”, e a lógica interna do parentesco é determinada pelo passado escravagista.

Em busca da construção de identidade, a relação com os santos católicos está presente nos nomes da primeira geração dos descendentes de ex-escravos que formaram a comunidade Chácara do Buriti (MS), como: Maria Antônia, Eva Maria de Jesus, Custódio Antônio, Maria Antônia de Jesus, Domingos Francisco e Maria Rita de Jesus.

A devoção é materializada nos altares domésticos católicos, em um canto da casa, onde se encontram imagens dos santos que, dependendo da necessidade em que a pessoa se encontre, socorrem e amenizam as angústias.

O altar é o lugar de renovação da fé de todos os membros da família, simboliza a ligação entre Deus e os homens, preservando a chama do amor, da caridade e da justiça.

Conforme o sociólogo Thales de Azevedo (1955), existe uma diferença entre “católicos só de nome” e “católicos de verdade”, afirmando a ortodoxia católica como o padrão verdadeiro de religião. Thales avalia o catolicismo popular como uma manifestação depauperada do catolicismo formal, pois é desprovido de seu conteúdo dogmático e moral. O conceito de “catolicismo popular” defendido aqui se aproxima da análise do conjunto de práticas religiosas não reconhecidas ou não efetuadas pelo clero oficial, e vividas pelos leigos.

Na comunidade em questão, ocorreu a utilização do tecnônimo, e todos os irmãos homens de Maria Theodolina de Jesus têm nome do pai Custódio em seus nomes, ficando dessa forma, Antônio Custódio Nortório, “filho de Custódio”. O mesmo acontecia com as mulheres, que usavam o nome da mãe; no caso de Maria Theodolina de Jesus, sua mãe se chamava Maria de Jesus.

Na comunidade Chácara do Buriti, também foram encontradas outras formas de nomeação, como relata Sebastião Domingos Rosa, morador da comunidade descendente de Eva Maria de Jesus.

Os antigos escolhiam os nomes meio extraviados, dependia da folhinha do dia. O Rosa era do lado da minha mãe, isso foi ela quem escolhia, porque ela achava bonito. Então a finada, que era minha sogra, a finada Mariinha ela escolheu o Theodolino quando foi

fazer o registro, e a minha mãe já achava o Rosa bonito e escolheu o Rosa, mas não tinha esse Rosa não. O Rosa não existia.

Segundo Halbwachs (2006), a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo assim, assegura o autor:

A memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros nos apresentem seus testemunhos: é preciso, outrossim, que concordemos com as memórias deles, e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. [...] Faz-se necessário igualmente que a memória dos 'outros venha reforçar e completar a nossa', pois é preciso que 'as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado'. (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Conforme Le Goff (2003), há duas manifestações significativas que marcam a memória coletiva. A primeira é a construção de monumento aos mortos, uma vez que este ultrapassaria os limites da memória associada ao anonimato, pois proclama-se, sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno de uma memória comum. A segunda é a fotografia.

Ainda segundo Le Goff (2003, p. 460), ela revoluciona a memória uma vez que “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”.

Ao legitimar a identidade, a memória é mais do que um simples arquivo de informações, pois ela não só reinventa o passado como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades. Nesse contexto, a História e a memória são essenciais na construção da identidade.

Bosi (2003, p. 2) contextualiza a memória dos velhos e sobre esse assunto afirma que:

A memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade em que se insere. Vou relatar brevemente alguns dados obtidos na pesquisa. Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como



coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado que transcende aquela biografia: é o nosso trabalho, e muito belo seria dizer, a nossa luta.

A festa de São Benedito, realizada todo mês de maio, desde os primeiros tempos da Comunidade, foi o ponto de integração dos descendentes de Eva Maria de Jesus, desde a sua origem, e continua reforçando os laços entre os familiares e os membros que migraram da comunidade. De acordo com Geertz (1989, p. 140),

[...] as religiões com suas dramatizações auxiliam as pessoas a encontrar ânimo e motivação, respostas e esperanças perante situações de sofrimento, insegurança, perdas, paixões, aflições e tristezas que a vida cotidiana apresenta.

As festas religiosas e a devoção a São Benedito foi uma forma que Eva Maria de Jesus encontrou para amenizar o sofrimento do corpo e fortalecer a união entre os membros das famílias formadoras da comunidade quilombola rural Chácara do Buriti. Com a passar do tempo, a festa segue agregando novos ritos e símbolos, conforme a realidade social das gerações presentes, e reforçando a memória dos mais velhos e a religiosidade quilombola.

As festividades dos finais de semana, que é relembrada por Otacílio Bento de Arruda, também são lembradas por seu companheiro, Sebastião Domingos Rosa.

Aqui saía muita festinha. Quase todo dia de sábado às vezes, de vez em quando, tinha baile. No tempo do velho (João “Vida”) ele era tocador de sanfona, a velha (Maria Theodolina de Jesus) também tocava né. Tinha o irmão dele o Lázaro, também era sanfoneiro. Antigamente tinha aquela união do povo pra... às vezes davam surpresa. Chegava na sexta, era o Jerônimo “Vida” cantava no baile uma moda de catira. Aqui o Jair era cantador, mas não era de roda, era de baile, ele cantava bonito.

Com o estabelecimento da sociedade da informação, é possível perceber significativas alterações nos sentidos da memória e na sua constituição, oriundos de profundas mudanças nas práticas sociais. Essas questões se tornaram importantes, visto que um novo período da cultura está em andamento, e suas transformações incidem sobre alterações na forma de pensar os processos informacionais, objeto de estudo de diferentes profissionais. Necessário se faz repensar o papel que a memória social

vem adquirindo em nossa vida cotidiana, uma vez que cada momento a concebe de maneira que lhe é própria (BARRETO, 2007, p. 2).

A olaria que começou em 1940 está na memória dos mais velhos, pois foi o momento em que os descendentes de ex-escravos decidiram não trabalhar para os fazendeiros vizinhos, foi a primeira conquista alcançada por João “Vida” e seus parentes. A união entre os membros da comunidade fez acontecer e é lembrada por Jovenir Antônio da Silva (74).

Aqui antigamente era do jeito que é mesmo. Primeiramente ele (João “Vida”) plantava umas lavourinha aí no fundo, às vezes pegava um serviço fora, empreita né que nós fala, e aí depois passou a mexer com movimento de olaria. Aí parou quieto aqui mexendo com olaria até quando ele morreu. Meu pai e um tio meu (Antônio Custódio), falecido também, que começou com a olaria. Mas esse tempo que eles começou com a olaria, eu não era nascido também. Quando eu era menininho assim, que comecei a entender, já tinha os galpão de olaria. Trabalhei dos 8 anos até os 18 anos, era direto na olaria, carvoaria na roça, plantando, ajudando na roça.

No início da olaria, a comunidade era formada por poucas famílias, as mulheres participavam das atividades de produção de tijolos e cultivo de hortas e roças, além de cuidar dos filhos pequenos e da casa. Lembra Jovenir Antônio da Silva, que “antigamente assim elas tinham uma visão diferente do que elas têm hoje, porque em primeiro lugar as mulheres daqui não saía pra trabalhar pra fora, era só os homens, e hoje não. A mulher tinha o papel de dona de casa”.

Quando são registrados os depoimentos sobre os acontecimentos que marcaram a construção da história de vida da comunidade Chácara do Buriti, é importante entender o papel da história oral na vida das comunidades descendentes de ex-escravos e saber que a memória dos membros mais antigos das comunidades quilombolas são os registros da história individual e coletiva do grupo. O sociólogo francês Michael Pollak, em visita ao Brasil em 1987, na conferência realizada pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), quando questionado sobre os elementos que constituem a memória individual e coletiva, afirma que:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São

acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1987).

A construção da memória dos membros da comunidade Chácara do Buriti está, portanto, pautada na lembrança dos seus mais antigos moradores e, quando relembra na sombra das árvores, entre os membros mais jovens, desperta a atenção, relata o passado comum e compartilha as tradições.

O esquecimento das origens da comunidade é observado nos moradores mais jovens da comunidade, e a recuperação da história é uma preocupação dos mais antigos, como afirma Pierre Nora (1993, p. 21)

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

Ao relatar suas histórias, os membros da comunidade transferem aos seus descendentes o compromisso de seguir construindo e transformando o espaço e de colaborar para que a sua história seja um modelo de afirmação da identidade quilombola.

### **3 CONTEXTUALIZANDO A COMUNIDADE CHÁCARA DO BURITI SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA CULTURA**

Com relação à Comunidade negra rural Chácara do Buriti, localizada no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, seu reconhecimento e certificação foi norteadado pela Constituição Federal, promulgada em 1988.

Coube então ao Estado, através de secretarias afins, regularizarem em todo o território brasileiro a situação das comunidades quilombolas rurais e urbanas e, através de estudo detalhado, comprovar a autenticidade dos grupos descendentes de quilombos.

A autoidentificação das comunidades quilombolas foi estabelecida pelo Decreto n. 4887/03, amparado pelo Congresso Nacional em 20 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo n. 43, ratificando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas questões dos povos indígenas e tribais e também promulgadas pelo Decreto 5.052, do dia 9 de abril de 2004 (BRASIL. INCRA, 2007, p. 6).

Em decorrência da nova Carta Constitucional de 2008 e da competência instituída, assinou-se o documento de autorreconhecimento, pelo então Presidente da Fundação Cultural Palmares em 2005, Ubiratan Castro de Araújo, concedendo à Comunidade Negra Rural Chácara Buriti o reconhecimento legal pelo governo brasileiro, como remanescentes de quilombos.

Para Dirceu Lindoso em seu trabalho “O poder quilombola de 2007”, a palavra “quilombo” desapareceu na legislação brasileira por 100 anos. O ano de 1888 marcou a abolição do “escravo” e também implicou a abolição do “quilombo”. As comunidades quilombolas permaneceram invisíveis até 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que determinou o direito sobre as terras.

De acordo com o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, referente às disposições constitucionais transitórias, “aos remanescentes dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O parágrafo 1º do artigo 215 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Já o artigo 216 dispõe que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

As famílias descendentes de Eva Maria de Jesus, a partir de então, têm direito à propriedade das terras ocupadas e à preservação da cultura ancestral africana, cabendo ao Estado brasileiro e sul-mato-grossense proporcionar ações que sejam capazes de promover o dinamismo socioeconômico da comunidade.

Com o autorreconhecimento tão esperado, enfim de posse da documentação de regulamentação, em 10 de setembro de 2005, as

famílias da comunidade Chácara do Buriti fundaram a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara Buriti (AQBURITI), com sede na própria comunidade, assumindo a primeira gestão da associação, como Presidente, Jair Vicente da Silva e, como Vice-Presidente, Gleicemara Aparecida Domingos.

Em fevereiro de 2006, os membros da Comunidade Chácara Buriti registraram o Estatuto da Associação no 4º Serviço Notarial e Registral, Registro de títulos e documentos de pessoas jurídicas. A partir desse momento, a comunidade passou a ter o respaldo legal para dialogar com os agentes externos, podendo, a partir de então, negociar com os agentes externos vinculados aos governos em âmbito local, regional e nacional.

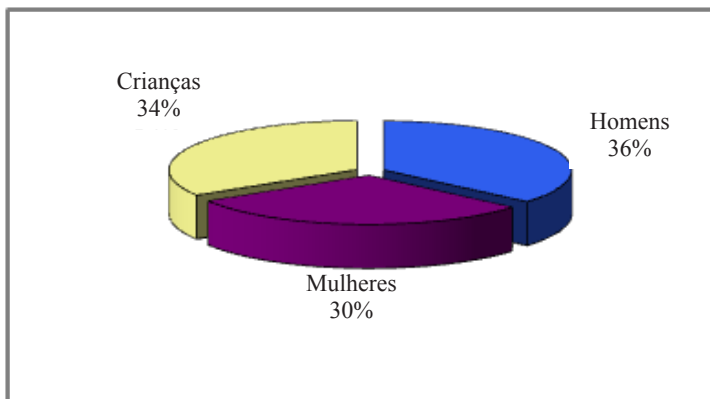
A presidente atual da Associação Chácara do Buriti, Lucineia Domingos Gabilão, no momento da solenidade, declarou a sua satisfação pela conquista e principalmente pelo andamento dos projetos existentes e futuros afirmando:

Vamos implantar, em parceria com a prefeitura de Campo Grande, um projeto conhecido no Ceará como Agropolo. Vamos produzir hortifruti e a produção será orgânica e devesse respeitar a diversidade já existente, como o trabalho dos produtores de verduras orgânicas e produtores de pimenta.

Os grupos familiares Silva e Domingos, que foram os formadores da comunidade, e seus descendentes ocupam atualmente 30 hectares e foram novamente anexados 13 hectares ao território, como descrito no item 3.2, onde residem 80 pessoas: 29 homens e 24 mulheres, jovens e crianças. Alguns membros das gerações atuais migraram para outros lugares como: Distrito de Anhanduí, Cachoeira e Cachoeirinha, bairros de Campo Grande: Morena e São Francisco, em outros municípios como: Aquidauana e Sidrolândia.

Alguns membros da comunidade também vivem em outras comunidades quilombolas: Furnas do Dionízio, localizada no município de Jaraguari, e Furnas da Boa Sorte, localizada no município de Corguinho.

O gráfico 1 a seguir demonstra o equilíbrio, no número de habitantes do território, onde as famílias nucleares se dividem em 21 moradias.



**Gráfico 1** - Quantidade de moradores da Comunidade Quilombola Chácara do Buriti - Junho 2011

Fonte: elaboração pessoal

Atualmente a população da Chácara Buriti está dividida em 21 habitações, que foram construídas com o trabalho dos membros da comunidade com o auxílio do Programa “Minha casa minha vida”, do governo Federal, para a construção de casas populares por intermédio da prefeitura de Campo Grande.

As moradias obedecem ao critério de parentesco em comum e, nesse contexto, as casas estão próximas ao núcleo familiar principal; que recebe o nome de “sítio”, herança de família. A regra de residência é a “matrilocalidade temporária”, em que o homem sai da casa paterna e reside na casa da mulher até ter condições de construir a sua própria casa, e também os casos dos homens e mulheres “de fora” que vão morar nas casas dos pais.

Até a década de 70 do século XX, as casas eram construídas pelos membros da comunidade em pau-a-pique e cobertas com sapé, semelhantes às primeiras moradias dos antigos quilombos, onde o banheiro ficava fora da residência. O esgoto dos banheiros de todas as casas ia para uma fossa localizada no quintal, cerca de três metros da casa. O abastecimento de água era feito por meio de um poço familiar, onde se usava o sistema de roldana para tirar a água com balde.

A água continua sendo um dos problemas da comunidade, a FUNASA construiu o poço para abastecer as residências e as hortas de produção de orgânicos, e ficou a cargo da prefeitura de Campo Grande

a responsabilidade pela distribuição da água, mas os moradores estão esperando, como relata o produtor de orgânicos Joelton Rosa Domingos:

A FUNASA furou um poço de 7 metros, e a prefeitura não veio fazer os encanamentos. Todos os dias, temos que acordar bem cedo para pegar água, porque acaba. Ficamos sem água até para o banho se não correr e pegar.

A energia elétrica chegou a todas as casas da comunidade na década de noventa, pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), Antes de sua chegada, os membros das famílias se reuniam no final da tarde, nos quintais, para discutir e acertar os trabalhos acontecidos ou para planejar o próximo dia. Com a energia, veio a televisão na Copa de 1994, que passou a ocupar o final de tarde e noites da comunidade, trazendo com os novos hábitos também uma nova realidade, pois o divertimento anterior, acontecia com as rodas de violão, nos finais de tarde ou nos finais de semana. As crianças brincavam de roda e os meninos jogavam futebol.

A parceria entre os organismos externos e a comunidade é observada no momento da construção de moradias, meios de transporte, energia, portanto na visão de Buarque (2002), para quem o desenvolvimento pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, a integração entre os atores sociais é de suma importância e se faz necessária, para que juntos, encontrem maneiras de transformar as potencialidades em desenvolvimento sustentável pois:

[...] leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesmo das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002, p. 25).

A visão de presente e futuro dos mais jovens da comunidade é diferenciada, pois em todos os depoimentos é clara a necessidade do retorno dos membros à comunidade, como coloca Joelton Rosa Domingos, produtor certificado de orgânicos e líder do grupo dos jovens produtores.

Eu mexia com pimenta, no começo só tinha eu e o seu Jair, agora, já voltou o Janilson, o Roberval, o Joanir e o Adenilson, que já tá

cumprindo aviso prévio e vai ficar só trabalhando aqui com os orgânicos. E a gurizada que estuda na escolinha aqui perto, também já tão querendo ajudar. Então eu sei que as pessoas estão voltando e não vão precisar sair para trabalhar fora.

Com essa afirmação, Joelton Rosa Domingos demonstra a importância das ações da comunidade junto aos organismos externos, reforçando nesse momento a necessidade do protagonismo interno e a parceria com os agentes externos para que haja o desenvolvimento econômico do grupo, como afirma Nóvoa (1992, p. 20)

As interações com o meio envolvente tenderão a reforçar-se, no quadro de internalização, ou de uma localização desses processos. O desenvolvimento endógeno tende a apropriar-se dos contributos dos atores e a configurá-los no contexto local, dando-lhe uma forma específica e adaptada às características e às necessidades das populações.

A produção de orgânicos está proporcionando ao grupo uma oportunidade de permanência no território, e com a integração dos 13 hectares ao território, conquistados no dia 20 de setembro de 2011, dará aos membros da comunidade um novo fator que mobilizará os produtores locais em fortalecer as ligações com os organismos externos em prol do desenvolvimento econômico local.

O protagonismo está claro na história dos moradores da comunidade, pois em todos os momentos, desde a compra do território, produção de tijolos, produção de pimenta e atualmente a produção de orgânicos, demonstra-se a iniciativa dos fundadores e a continuidade das ações empreendedoras para a manutenção do território e permanência de seus moradores. Esta foi consolidada com o reconhecimento, certificação e, recentemente, com a atuação efetiva da associação na atitude positiva, a volta de 13 hectares ao grupo quilombola.

A atitude afirmativa de empreendedorismo está na fala do jovem Joelton Domingos Rosa:

O nosso trabalho, agora tem assistência, dos técnicos do SEDESC, todas as novidades que tem, eles trazem pra nós. Agora, podemos unir os dois projetos, o PAIS e o Compra direta. Que é o projeto do governo para atender as comunidades quilombola. Com os dois projetos, a nossa produção tá tendo força. Agora nós podemos produzir, sem preocupação, porque o caminhão vem leva a produção. Agora, tem dinheiro para comprar o que precisa e sobra prá pensa nos próximos anos.



Com os depoimentos do produtor de orgânicos, Joelton Domingos Rosa, que lidera o grupo de produtores nas questões de estruturação e maneira de manejo do trabalho, essa produção está gerando trabalho e renda para os membros da comunidade, através da contratação de pessoas para a colheita.

A comunidade rural Chácara do Buriti está protagonizando o seu desenvolvimento e acompanhando o retorno dos seus membros, através do esforço e do trabalho em hortas de produtos orgânicos, com a participação dos agentes externos ligados ao governo do Estado e Federal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa relativa à elaboração da dissertação e que serviu de parâmetro para a elaboração do artigo em questão, investigou a Comunidade Chácara Buriti, BR 163, município de Campo Grande, MS, definida como um espaço territorial de realização de vida e atualização de memória, fundamentada não só em um saber compartilhado em crenças e tradições, como também em uma união que, ao longo das décadas, conseguiu ultrapassar as dificuldades históricas reforçando o espírito grupal que os distingue dos demais grupos comunitários.

A preocupação que norteou a presente pesquisa voltou-se tanto ao conhecimento das condições em que efetivamente ocorreu o contexto de territorialidade das famílias da Comunidade Chácara do Buriti, que as identificaram como comunidade quilombola, quanto à cultura que marcou essa comunidade e, sobretudo, procurou nela saber até que ponto se revelaram as potencialidades ou dificuldades para o desenvolvimento local.

A trajetória histórica da comunidade quilombola Chácara do Buriti foi relembada, após longas conversas às sombras das árvores da Chácara do Buriti (MS), que marcaram sua resistência, primeiro pelos pioneiros e, nos últimos anos, por seus descendentes, que, no território sul-mato-grossense encontraram uma pequena propriedade às margens do córrego Buriti. Com o uso das mãos e da união identitária, transformaram em território “vivido” e, conseqüentemente, em realidade o sonho de Eva Maria de Jesus, de maneira diferenciada e notável, no decorrer dos anos e com o trabalho de várias gerações.

Ao final da pesquisa realizada, constatou-se que as situações relativas à fragmentação e redução territorial das áreas que pertenceram à

Chácara do Buriti provocaram um sensível êxodo rural, enfrentado pelos moradores e em diminuição na última década, e que se reconheceu a legitimidade fundiária dos remanescentes referentes às terras ocupadas, conforme as entrevistas concedidas a esta pesquisadora pelos moradores.

Novas ações desde 2007, voltadas às atividades geradoras de renda, graças à equipe de trabalho liderada pela presidente da AQBURITI – a jovem Lucinéia Jesus Domingos Gabilão, fazem com que seja efetiva a participação da comunidade como protagonistas do desenvolvimento econômico aliados aos agentes externos, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretarias de Fazendas e Agências Fazendárias (AGENFA), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

A memória da comunidade Chácara do Buriti está resguardada em seus membros mais antigos, que, por meio de suas lembranças, transferem-na às novas gerações. O dia 20 de setembro de 2011 é o resultado do afetivo protagonismo dos moradores da comunidade, pois a conquista de parte do território demonstra a força do trabalho coletivo. Cabe aos jovens continuar as tradições produzidas ao longo da história dos descendentes de Jerônimo “Vida” da Silva e Sebastiana Maria de Jesus, Custódio Antônio Nortório e Maria Antônia de Jesus, precursores das grandes famílias “Silva” e “Nortório”.

## REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. Em Boletim Informativo NUER, n.1, 1994.

ÁVILA, Vicente Fidélis de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

ALVARENGA L. *Do sururu à panela de barro: a realidade de heranças milenares*. 2002. Dissertação (Mestrado) – PPGCA – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Thales de. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1955.

BARRETO, Angela Maria. Memória e Sociedade contemporânea: apontando tendências. *Revista ACB* - Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-176, jul./dez. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIDDLE, William W. *Desenvolvimento da comunidade*. A redescoberta da iniciativa Local. Tradução de Marília Diniz Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1972.

BOSI Eclea. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Reforma Agrária. *Relatório antropológico de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Chácara Buriti*. Brasília: INCRA, 2007.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CÂNDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito* – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: \_\_\_\_ (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira Bernardo Leitão Suzana. Campinas: Unicamp, 2003.

MIRANDA, Orlando (Org.). *Para ler Ferdinand Tonnies*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

NÓVOA, Antônio *et al.* *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século/OIT, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto História – *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC-SP*, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Palestra realizada na Conferência – CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987.

SPINELLI JÚNIOR, Vamberto. Bauman e a impossibilidade da comunidade. *CAOS* – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, PB, n. 11, p. 1-13, out. 2006.